

Joelmir Beting

31 AGO 1985

Economia Brasil

O preço de agosto

A inflação de agosto, mês do cachorro louco, faz a economia mudancista da Nova República experimentar seu primeiro sopapo, de sinistrose. O índice pirotécnico de 14% denuncia a frustração das medidas antiinflacionárias adotadas desde a posse do governo Sarney: tabelamento de preços, congelamento de tarifas, remoção de subsídios, contenção de gastos públicos, reapertos fiscais, arrocho de crédito para produção e consumo, controle das tensões de demanda...

Explicação palaciana: as medidas adotadas desde março não foram suficientes para a neutralização do impulso de banguela da inflação inercial herdada da República Velha:

1) A Nova República, comprometida com a expansão do produto e do emprego, descartou o chamado tratamento de choque, economicamente traumático e socialmente doloroso. 2) A inflação brasileira prossegue realimentada, automaticamente, pelo mecanismo da correção monetária, espécie de reator "fast-breeder" da alta temperatura inflacionária. 3) não dava para protelar a reposição, ainda que parcial, da massa do salário real, com a competente ajuda do reajuste trimestral.

Os economistas, na maioria, assinam esse diagnóstico. A discussão está na avaliação da responsabilidade de cada "elemento ativo" na violenta recarga da febre alta dos preços. Os titulados da escola monetarista preferem denunciar o "impacto devastador" da distensão salarial sobre o custo da produção, combinado com o "efeito predador" do consumo compulsivo aticado pela ampliação do poder aquisitivo da população assalariada — à tal de inflação de demanda.

Pára os acadêmicos keynesianos, apoiados pelos empresários de plantão, o agente inflacionário número um, em agosto, seria a massa crescente dos juros no alto e em alta. Desde a posse do governo Sarney, os juros para o aparelho produtivo saltaram de menos 20 para mais de 30 pontos percentuais acima da inflação de 222% (na média do período). Nos terminais do consumo pelo crediário, a taxa real assumida pelo comprador distraído ultrapassou a ionosfera da usura institucionalizada.

O que não falta é justificativa técnica para a escalada dos juros em plena administração mudancista da Nova República:

1) Crescimento irreversível da dívida pública

que financia o alargamento autotélico do "déficit" federal, forçando o governo a tomar empréstimos do público, via emissão de títulos do Tesouro, em escala nunca vista:

2) Essa captação maciça de poupança privada no mercado financeiro (para financiamento do "déficit" e para rolagem da dívida anteriormente assumida) faz uso do canto-de-sereia da remuneração cada vez mais generosa dos poupadore e dos "rentistas".

3) Não bastasse o repasse automático da alta na captação para a taxa de aplicação (quem remunera o poupadão é o tomador sem alternativa), o sistema bancário vem trabalhando com o freio de mão puxado, governo segurando a oferta de crédito e na escassez do dinheiro, o juro sobre por sua própria conta e risco.

Em resumo: a política fiscal permissiva, a do "déficit" do governo, quando cruzada com a política monetária restritiva, a do arrocho de crédito, coloca a taxa de juros em órbita, tal qual um satélite de prospecção das misérias terrestres.

O grupo representado pelo ex-ministro Francisco Dornelles trabalhou com a "alta do juro" como mecanismo de correção punitiva dos desvios provocados pelo descalabro de Caixa do setor público. A taxa de juros, desde a administração Delfiniana, foi utilizada para "fechar" as contas do governo e reeducar a sociedade perdulária. Os juros sexageradamente positivos foram assumidos pela própria autoridade econômica como "mal necessário", sem alternativa. A tal de "vontade política" que, no dizer de Antônio Ermírio de Moraes, carrega os juros para o alto e pode, a qualquer momento, empurrar as taxas para baixo.

O pacto dos juros, de quarta-feira, no Palácio do Planalto, documenta a tese da "vontade política" — independentemente da reação ou da repulsa do público investidor, que deve sair dessa parcialmente depenado.

Com Dornelles, a Fazenda e o Banco Central lavaram as mãos: os juros só cairão quando a Seplan reduzir o "déficit" (e a dívida). Agora, com Funaro na Fazenda, prevalece a expectativa da Seplan, com João Sayad: a dívida (e o "déficit") cairá quando os juros baixarem.

Na busca da verdade verdadeira entre as duas verdades juradas fortes, o presidente José Sarney teve de apelar para uma terceira cabeça, a do economista Luis Paulo Rosenberg — que veste a camisa da Seplan.